

ESTUDO E ESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

. A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece nos artigos 29 e 30 que caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base para a estimativa da receita, na proposta orçamentária. Tal estimativa terá por base as demonstrações da arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

. Conforme artigo 12, § 3º da LC. 101/2000 (LRF) as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

. Segue abaixo a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a previsão da receita orçamentária do município de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul, para o **exercício de 2026**.

. O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento das receitas com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõem-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência.

1 - IMPOSTOS (IPTU, IRRF, ITBI, ISSQN), TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece em seu Artigo que se constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Nesse sentido a Constituição Federal estabelece no artigo 156 que compete ao Município instituir impostos sobre:

- Propriedade Predial e territorial Urbana - IPTU (Constituição Federal art. 156, I);
- Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI (art. 156, II);
- Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar – ISSQN (Constituição Federal art. 156, III);
- Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição (Constituição Federal art. 145, II);
- Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas (Constituição Federal art. 145, III);

1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Registra o valor da arrecadação da receita de imposto sobre a propriedade predial e urbana, de Competência dos municípios, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física.

Base Legal - Instituído pelo artigo 156 da Constituição Federal e pelos Art. 32º ao 34º do Código Tributário Nacional - Lei 5172/66. A base legal municipal que regulamenta o presente imposto são os Art. 3º até o 19º.

1.2 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Representa os valores da arrecadação de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, sobre salários, indenizações sujeitas à tributação, ordenados, vencimentos, proventos de aposentadoria, remuneração indireta, vantagens, subsídios e remuneração por quaisquer outros serviços prestados.

Base Legal – Tem como base os Art. 43º ao 45º do Código Tributário Nacional - Lei 5.172/66.

1.3 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

Registra a arrecadação da receita de imposto sobre transmissão "inter-vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, de competência municipal, onde o seu fato gerador é definido. Se a transmissão for gratuita (doação ou herança) não incide o ITBI, neste caso o imposto a ser recolhido é o ITCD, de competência do Estado. O contribuinte é o adquirente do imóvel transacionado. A base de Cálculo É o valor venal do imóvel apurado mediante estimativa fiscal pelo agente da fazenda municipal na data da emissão da guia, levando em consideração o valor informado pelos transacionantes, o valor venal do IPTU e o valor de oferta do imóvel no mercado imobiliário.

A alíquota do ITBI em Charrua é de 2% para todas as transações. A guia do ITBI deve ser preenchida no tabelionato onde se dará a escrituração do imóvel e posteriormente encaminhada a Secretaria da Fazenda para avaliação e emissão do boleto de pagamento. É obrigatório o pagamento do ITBI para que possa ser realizado o registro do imóvel adquirido.

Base Legal - O ITBI é previsto na CF 1988, no art. 156, inciso II. A legislação municipal que regulamenta o assunto são os Art. 48º até o 57º.

1.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Registra a arrecadação da receita de impostos sobre produção e a circulação que compreende o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é devido pela pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, com ou sem estabelecimento fixo.

Base Legal - A legislação municipal que regulamenta o ISSQN são os Art. 20º até o 47º.

1.5 Taxas

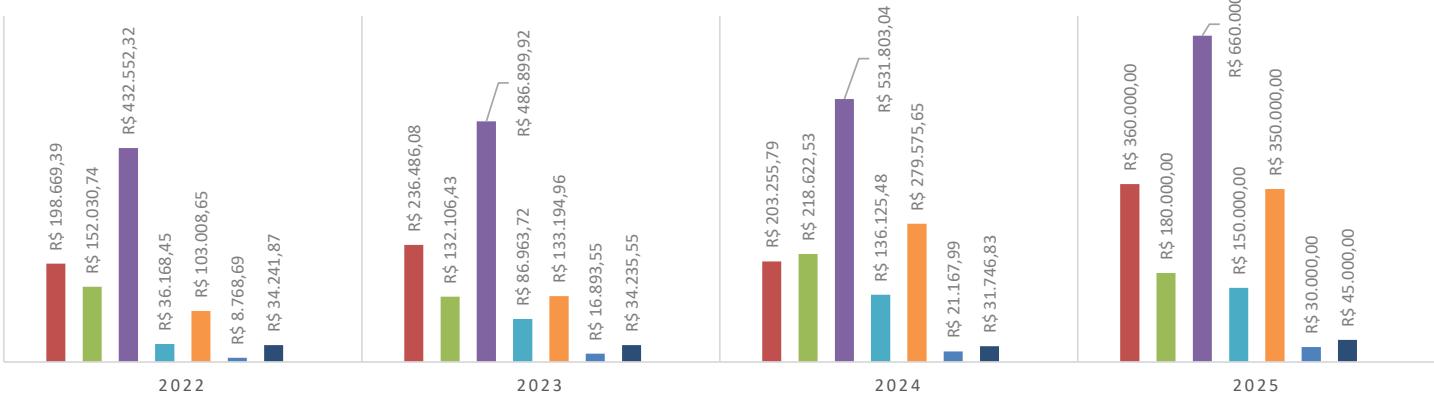
Representa a arrecadação de taxas cobradas pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições. Tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, não relacionados com medição de consumo, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Base Legal – tem previsão no Art. 77 da CF de 1988. A legislação municipal que regulamenta as taxas são os Art. 58º até o 87º.

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
IMPOSTOS	R\$ 922.429,55	R\$ 1.075.651,11	R\$ 1.369.382,49	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.266.865,79
IPTU	R\$ 198.669,39	R\$ 236.486,08	R\$ 203.255,79	R\$ 360.000,00	R\$ 249.602,82
ITBI	R\$ 152.030,74	R\$ 132.106,43	R\$ 218.622,53	R\$ 180.000,00	R\$ 170.689,93
IRRF TRABALHO	R\$ 432.552,32	R\$ 486.899,92	R\$ 531.803,04	R\$ 660.000,00	R\$ 527.813,82
IRRF RETIDO S/SERV.	R\$ 36.168,45	R\$ 86.963,72	R\$ 136.125,48	R\$ 150.000,00	R\$ 102.314,41
ISSQN	R\$ 103.008,65	R\$ 133.194,96	R\$ 279.575,65	R\$ 350.000,00	R\$ 216.444,82
IPTU	2022	2023	2024	2025	MÉDIA
IPTU LANÇADO (ANO) (a)	R\$ 214.277,66	R\$ 226.116,36	R\$ 237.809,97	R\$ 251.588,58	R\$ 232.448,14
VARIAÇÃO (%)	-	5,52%	5,17%	5,79%	5,50%
IPTU ARRECADADO (ANO) (b)	R\$ 169.886,24	R\$ 182.788,07	R\$ 181.875,87	R\$ 210.000,00	R\$ 186.137,55
% ARRECADAÇÃO (b/a)	79,28%	80,84%	76,48%	83,47%	80,26%
TAXAS	R\$ 43.010,56	R\$ 51.129,10	R\$ 52.914,82	R\$ 75.000,00	R\$ 55.513,62
TAXAS EXERCÍCIO PODER POLÍCIA	R\$ 8.768,69	R\$ 16.893,55	R\$ 21.167,99	R\$ 30.000,00	R\$ 19.207,56
TAXA P/PREST.SERVIÇOS	R\$ 34.241,87	R\$ 34.235,55	R\$ 31.746,83	R\$ 45.000,00	R\$ 36.306,06
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	R\$ 965.440,11	R\$ 1.126.780,21	R\$ 1.422.297,31	R\$ 1.775.000,00	R\$ 1.322.379,41

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA

■ IPTU ■ ITBI ■ IRRF TRABALHO ■ IRRF RETIDO S/SERV. ■ ISSQN ■ TAXAS EXERCÍCIO PODER POLÍCIA ■ TAXA P/PREST.SERVIÇOS ■ CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA



PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA - IMPOSTOS (IPTU, IRRF, ITBI, ISSQN), TAXAS E CONTRIB. MELHORIA

Os parâmetros utilizados na projeção dessas receitas levaram em consideração a média de recebimentos dos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores reestimados para 2025.

A partir dessa média foram projetados os valores para 2026 e projetados também para os três exercícios seguintes (2027, 2028 e 2029) levando em consideração os efeitos na alteração da legislação vigente e de fatores macroeconômicos como a variação do índice de preços, crescimento econômico e demais fatores relevantes que possam interferir na arrecadação desse grupo de receitas, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIB.	20,16%	23,92%	25,89%	23,32%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
IMPOSTOS	R\$ 1.614.422,79	R\$ 2.116.070,93	R\$ 2.812.302,14	R\$ 3.661.404,86
IPTU*	R\$ 318.079,84	R\$ 416.916,51	R\$ 554.090,68	R\$ 721.384,20
ITBI**	R\$ 217.517,68	R\$ 285.106,75	R\$ 378.912,78	R\$ 493.315,81
IRPF**	R\$ 803.000,12	R\$ 1.052.515,63	R\$ 1.398.815,09	R\$ 1.821.151,53
ISSQN**	R\$ 275.825,15	R\$ 361.532,05	R\$ 480.483,59	R\$ 625.553,32
TAXAS	R\$ 70.743,45	R\$ 92.725,50	R\$ 123.234,11	R\$ 160.441,49
TAXAS INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO **	R\$ 24.477,04	R\$ 32.082,76	R\$ 42.638,66	R\$ 55.512,31
TAXA P/PREST.SERVIÇOS **	R\$ 46.266,41	R\$ 60.642,73	R\$ 80.595,45	R\$ 104.929,18
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**	R\$ 2.500,00	R\$ 3.276,82	R\$ 4.354,97	R\$ 5.669,84
TOTAL IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	R\$ 1.687.666,24	R\$ 2.212.073,25	R\$ 2.939.891,21	R\$ 3.827.516,18

* ESTIMATIVA COM BASE NA MÉDIA DE ARRECADAÇÃO E CONSIDERANDO A ATUALIZAÇÃO DE PLANTA DE VALORES VENAIOS, CONFORME LEI MUNICIPAL 1.133 DE 30/12/2013.

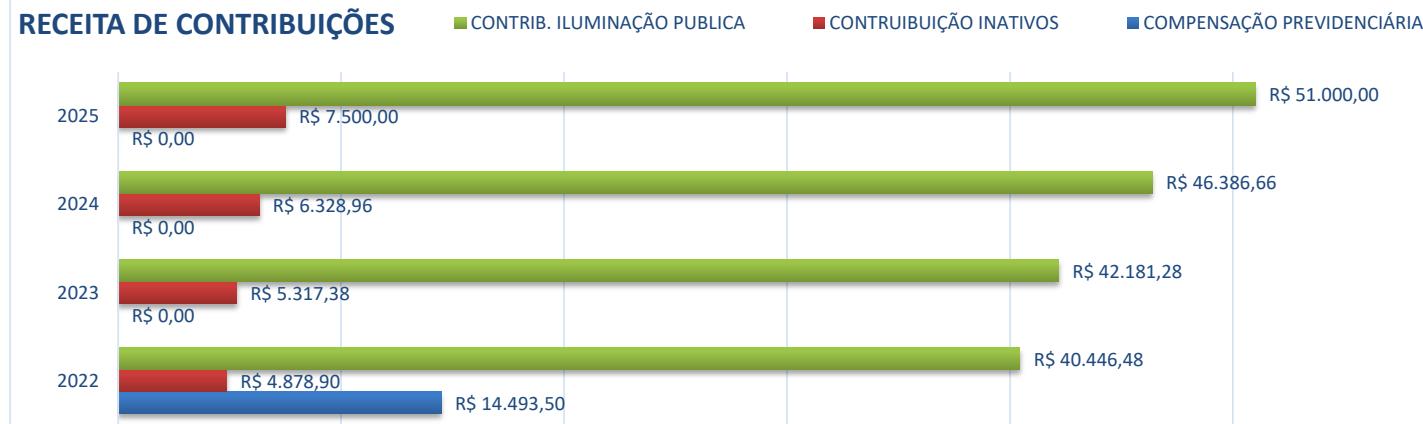
** ESTIMATIVA COM BASE NA MÉDIA DE ARRECADAÇÃO E CONSIDERANDO O ESFORÇO MUNICIPAL NA ARRECADAÇÃO DE SUAS RECEITAS PRÓPRIAS ATRAVÉS DE AÇÕES QUE VISEM O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, ATRAVÉS DO COMBATE À SONEGAÇÃO, EDUCAÇÃO FISCAL, DENTRE OUTRAS AÇÕES.

OBS: OS VALORES PODERÃO SOFRER ALGUNS ARREDONDAMENTOS POR OCASIÃO DA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL A FIM DE FACILITAR A OPERACIONALIZAÇÃO.

2 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

- Contribuição para custeio de Iluminação Pública (Constituição Federal art. 149A)

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 14.493,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.623,38
CONTRIBUIÇÃO INATIVOS	R\$ 4.878,90	R\$ 5.317,38	R\$ 6.328,96	R\$ 7.500,00	R\$ 6.006,31
CONTRIB. ILUMINAÇÃO PUBLICA	R\$ 40.446,48	R\$ 42.181,28	R\$ 46.386,66	R\$ 51.000,00	R\$ 45.003,61
TOTAL	R\$ 59.818,88	R\$ 47.498,66	R\$ 52.715,62	R\$ 58.500,00	R\$ 54.633,29



PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Os parâmetros utilizados na projeção dessas receitas levaram em consideração a média de recebimentos dos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores reestimados para 2025.

A partir dessa média foram projetados os valores para 2026 e projetados também para os três exercícios seguintes (2027, 2028 e 2029) levando em consideração os efeitos na alteração da legislação vigente e de fatores macroeconômicos como a variação do índice de preços, crescimento econômico e demais fatores relevantes que possam interferir na arrecadação desse grupo de receitas, conforme demonstrado abaixo:

Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

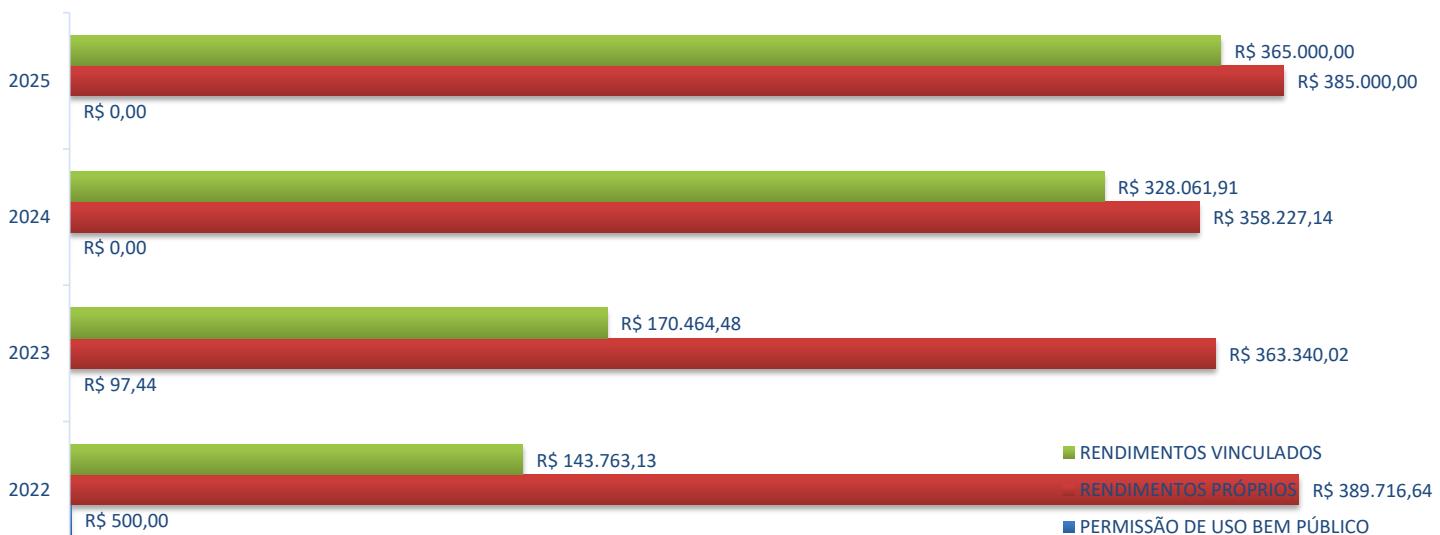
<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
CONTRIBUIÇÃO INATIVOS	R\$ 6.369,93	R\$ 6.737,61	R\$ 7.112,90	R\$ 7.509,09
CONTRIB. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 47.728,09	R\$ 50.483,05	R\$ 53.294,96	R\$ 56.263,49
TOTAL	R\$ 54.098,02	R\$ 57.220,66	R\$ 60.407,85	R\$ 63.772,57

3 - RECEITAS PATRIMONIAL

- Rendimento de Aplicações Financeiras

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
PERMISSÃO DE USO BEM PÚBLICO	R\$ 500,00	R\$ 97,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 149,36
RENDIMENTOS PRÓPRIOS	R\$ 389.716,64	R\$ 363.340,02	R\$ 358.227,14	R\$ 385.000,00	R\$ 374.070,95
RENDIMENTOS VINCULADOS	R\$ 143.763,13	R\$ 170.464,48	R\$ 328.061,91	R\$ 365.000,00	R\$ 251.822,38
TOTAL	R\$ 533.979,77	R\$ 533.901,94	R\$ 686.289,05	R\$ 750.000,00	R\$ 626.042,69



Receita Patrimonial

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA - RECEITAS PATRIMONIAL

Os parâmetros utilizados na projeção dessas receitas levaram em consideração a média de recebimentos dos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores reestimados para 2025.

A partir dessa média foram projetados os valores para 2026 e projetados também para os três exercícios seguintes (2027, 2028 e 2029) levando em consideração os efeitos na alteração da legislação vigente e de fatores macroeconômicos como a variação do índice de preços, crescimento econômico e demais fatores relevantes que possam interferir na arrecadação desse grupo de receitas, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

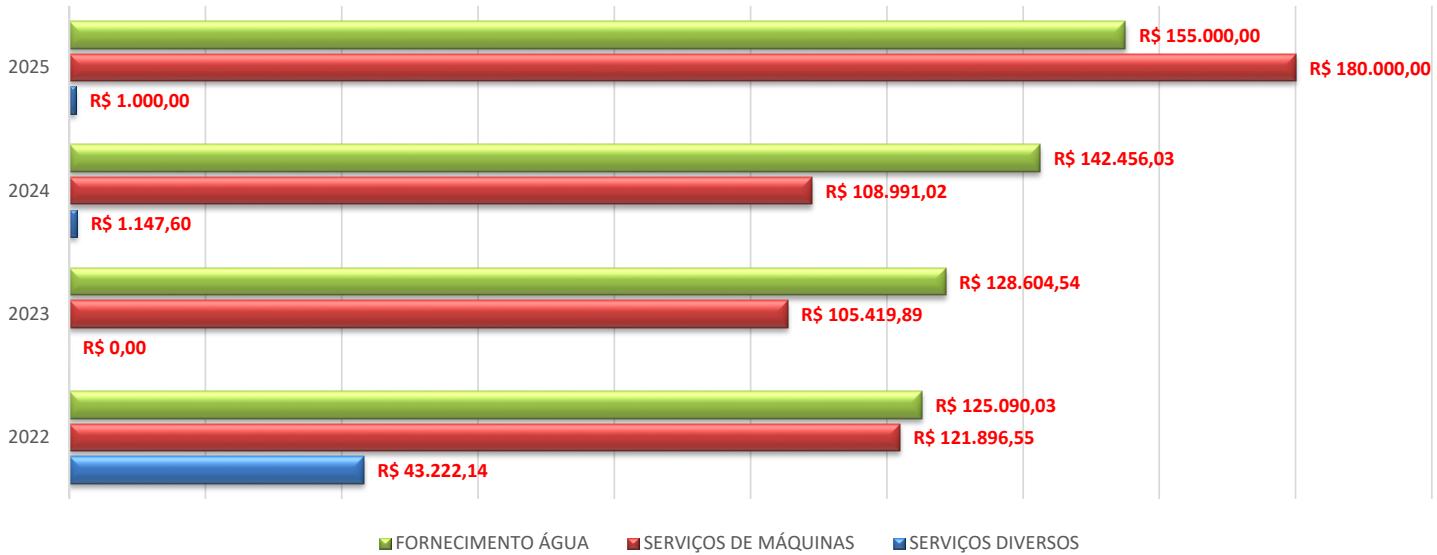
PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
PERMISSÃO DE USO BEM PÚBLICO	R\$ 155,63	R\$ 161,55	R\$ 167,20	R\$ 173,05
RENDIMENTOS PRÓPRIOS	R\$ 389.781,93	R\$ 404.593,64	R\$ 418.754,42	R\$ 433.410,83
RENDIMENTOS VINCULADOS	R\$ 262.398,92	R\$ 272.370,08	R\$ 281.903,03	R\$ 291.769,64
TOTAL	R\$ 652.336,48	R\$ 677.125,27	R\$ 700.824,65	R\$ 725.353,52

4 - RECEITAS DE SERVIÇOS

- Serviços Administrativos, Recreativos, Fornecimento de Água e Serviços de Máquinas

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
SERVIÇOS DIVERSOS	R\$ 43.222,14	R\$ 0,00	R\$ 1.147,60	R\$ 1.000,00	R\$ 11.342,44
SERVIÇOS DE MÁQUINAS	R\$ 121.896,55	R\$ 105.419,89	R\$ 108.991,02	R\$ 180.000,00	R\$ 129.076,87
FORNECIMENTO ÁGUA	R\$ 125.090,03	R\$ 128.604,54	R\$ 142.456,03	R\$ 155.000,00	R\$ 137.787,65
TOTAL	R\$ 290.208,72	R\$ 234.024,43	R\$ 252.594,65	R\$ 336.000,00	R\$ 278.206,95

RECEITA DE SERVIÇOS



PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA - RECEITAS DE SERVIÇOS

Os parâmetros utilizados na projeção dessas receitas levaram em consideração a média de recebimentos dos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores reestimados para 2025.

A partir dessa média foram projetados os valores para 2026 e projetados também para os três exercícios seguintes (2027, 2028 e 2029) levando em consideração os efeitos na alteração da legislação vigente e de fatores macroeconômicos como a variação do índice de preços, crescimento econômico e demais fatores relevantes que possam interferir na arrecadação desse grupo de receitas, conforme demonstrado abaixo:

Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
SERVIÇOS DIVERSOS	R\$ 12.029,10	R\$ 12.723,44	R\$ 13.432,14	R\$ 14.180,31
SERVIÇOS DE MÁQUINAS	R\$ 136.891,08	R\$ 144.792,71	R\$ 152.857,66	R\$ 161.371,84
FORNECIMENTO ÁGUA	R\$ 146.129,21	R\$ 154.564,08	R\$ 163.173,30	R\$ 172.262,06
TOTAL	R\$ 295.049,39	R\$ 312.080,24	R\$ 329.463,10	R\$ 347.814,20

5 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

5.1 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

5.1.1 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual.

Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81.

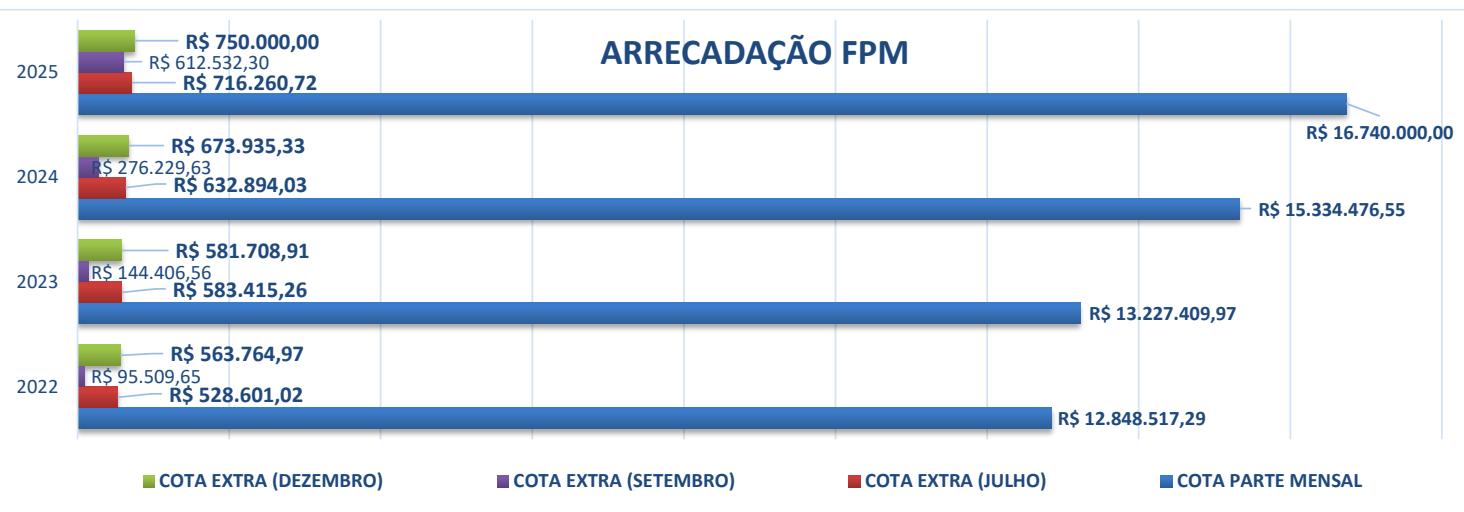
Anualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga estatística populacional dos Municípios e o Tribunal de Contas da União, com base nessa estatística, publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos Municípios.

A Lei Complementar 62/89 determina que os recursos do FPM sejam transferidos nos dia 10, 20 e 30 de cada mês sempre sobre a arrecadação do IR e IPI do decêndio anterior ao repasse.

O acompanhamento dos valores arrecadados está disponível no site:

<https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bb>

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
COTA PARTE MENSAL	R\$ 12.848.517,29	R\$ 13.227.409,97	R\$ 15.334.476,55	R\$ 16.740.000,00	R\$ 14.537.600,95
COTA EXTRA (JULHO)	R\$ 528.601,02	R\$ 583.415,26	R\$ 632.894,03	R\$ 716.260,72	R\$ 615.292,76
COTA EXTRA (SETEMBRO)	R\$ 95.509,65	R\$ 144.406,56	R\$ 276.229,63	R\$ 612.532,30	R\$ 282.169,54
COTA EXTRA (DEZEMBRO)	R\$ 563.764,97	R\$ 581.708,91	R\$ 673.935,33	R\$ 750.000,00	R\$ 642.352,30
TOTAL (VALORES BRUTOS)	R\$ 14.036.392,93	R\$ 14.536.940,70	R\$ 16.917.535,54	R\$ 18.818.793,02	R\$ 14.537.600,95



A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão responsável pelas previsões das Transferências Federais está projetando um crescimento médio de **8,4% para 2026**.

A Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza no site abaixo a projeção das receitas do FPM, CIDE e IPI-Exportação para o **próximo exercício**, visando auxiliar os entes federativos na elaboração de seus orçamentos para o referido exercício.

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/previsao-anual-de-transferencias-fpm-fpe-ipi-exportacao-e-cide-combustiveis>

Os valores totais dos repasses informados foram baseados na previsão de arrecadação dos impostos correspondentes, conforme o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2026.

Conforme consta no referido informativo, não há garantia de transferência dos valores apresentados, pois os repasses previstos dependem do comportamento real da arrecadação futura.

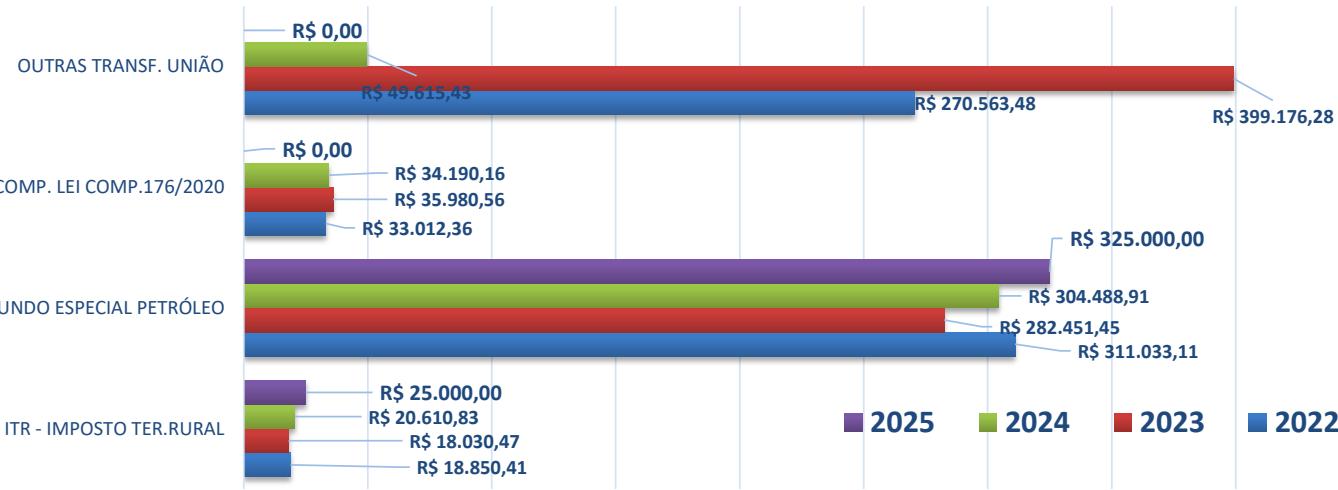
No caso específico do Rio Grande do Sul, considerando os valores apresentados, tem-se a seguinte projeção quanto ao FPM.

Nº DE HABITANTES	COEF.	População conforme último censo de Charrua [2022]
ATÉ 10.188 HABITANTES	0,6	2.768 pessoas
PROJEÇÃO STN - FPM (RS)	R\$ 14.530.308.690,32 R\$ 18.162.885.862,90	VALOR LÍQUIDO JÁ DESCONTADO 20% FUNDEB FPM TOTAL PARA RIO GRANDE DO SUL (PROJEÇÃO STN)
COTA PARTE FPM COEFICIENTE 0,6	R\$ 16.952.686,86 R\$ 21.190.858,58	VALOR LÍQUIDO JÁ DESCONTADO 20% FUNDEB VALOR BRUTO PROJEÇÃO STN
COTA EXTRA JULHO (1%)	R\$ 774.611,00	
COTA EXTRA SETEMBRO (0,5%)	R\$ 642.432,00	PREVISÃO STN/FAMURS DO FPM COTAS-EXTRAS
COTA EXTRA DEZEMBRO (1%)	R\$ 779.238,00	
COTA PARTE MENSAL	R\$ 18.994.577,58	PREVISÃO FAMURS DO FPM COTAS MENSAL
TOTAL FPM:	R\$ 21.190.858,58	TOTAL PREVISÃO FAMURS DO FPM

5.1.2 - TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS DA UNIÃO

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
ITR - IMPOSTO TER.RURAL	R\$ 18.850,41	R\$ 18.030,47	R\$ 20.610,83	R\$ 25.000,00	R\$ 20.622,93
FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO	R\$ 311.033,11	R\$ 282.451,45	R\$ 304.488,91	R\$ 325.000,00	R\$ 305.743,37
COMP. LEI COMP.176/2020	R\$ 33.012,36	R\$ 35.980,56	R\$ 34.190,16	R\$ 0,00	R\$ 25.795,77
OUTRAS TRANSF. UNIÃO	R\$ 270.563,48	R\$ 399.176,28	R\$ 49.615,43	R\$ 0,00	R\$ 179.838,80
TOTAL	R\$ 633.459,36	R\$ 735.638,76	R\$ 408.905,33	R\$ 350.000,00	R\$ 532.000,86

TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS UNIÃO



Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
ITR - IMPOSTO TER.RURAL	R\$ 21.871,42	R\$ 23.133,89	R\$ 21.771,62	R\$ 21.771,62
FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO	R\$ 324.252,85	R\$ 330.413,65	R\$ 322.773,27	R\$ 322.773,27
COMP. LEI COMP.176/2020	R\$ 27.357,43	R\$ 27.357,43	R\$ 27.232,59	R\$ 27.232,59
OUTRAS TRANSF. UNIÃO	R\$ 190.726,11	R\$ 190.726,11	R\$ 189.855,82	R\$ 189.855,82
TOTAL	R\$ 564.207,80	R\$ 571.631,07	R\$ 561.633,31	R\$ 561.633,31

5.1.3 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Emenda Constitucional n. 29, promulgada em 13 de setembro de 2000, assegurou o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, estabelecendo que as três esferas de governo aportem anualmente recursos mínimos provenientes da aplicação de percentuais das receitas e determinando as suas bases de cálculo.

Para efeito da aplicação dessa Emenda Constitucional, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal ativo e outras despesas de custeio e de capital, financiadas pelas três esferas de governo, conforme o disposto nos artigos 196 e 198, § 2º, da Constituição Federal e na Lei n. 8.080/90, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativos, que atendam, simultaneamente, aos seguintes critérios: sejam destinadas às ações e aos serviços de acesso universal, igualitário e gratuito; estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente federativo; sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que com reflexos sobre as condições de saúde.

A PORTARIA GM/MS Nº 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024, instituiu a metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de fortalecer e valorizar a Estratégia Saúde da Família - ESF.

A Portaria nº 828, de 17 de Abril de 2020 contempla as formas de financiamento e transferência de recursos federais destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Tais recursos serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento:

I - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

- * Atenção primária;
- * Atenção especializada;
- * Assistência Farmacêutica;
- * Vigilância em Saúde;
- * Gestão do SUS.

II - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

- * Atenção primária;
- * Atenção especializada;
- * Assistência Farmacêutica;
- * Vigilância em Saúde;
- * Gestão do SUS.

INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP - O componente fixo é um incentivo financeiro a ser repassado pelo Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde para apoiar o custeio das equipes de Saúde da Família/ESF e equipes de Atenção Primária/EAP.

INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL - Consiste no somatório do custeio mensal, e qualidade das Equipes de Saúde Bucal, O componente de qualidade visa a estimular o alcance dos indicadores pactuados tripartite, com o objetivo de incentivar a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços ofertados na APS, buscando induzir boas práticas e aperfeiçoar os resultados em saúde.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) - O programa consiste na transferência de recursos pelo FNS destinados a estimular a organização da atenção básica em todos os municípios com a implantação de agentes comunitários. As ações que são financiadas com os recursos do programa estão centradas em práticas de prevenção de doenças e promoção da saúde.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - consiste em recursos financeiros e ações destinadas, à aquisição de medicamentos básicos, contribuindo para a garantia da integralidade na prestação da assistência básica à saúde. As ações financiadas com esses recursos asseguram o fortalecimento de medicamentos básicos à população do país, dentro das diversas propostas pela Política Nacional de Medicamentos.

INCENTIVO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - refere-se a transferências de recursos financeiros destinadas às ações básicas de investigação epidemiológica e ambiental, de diagnósticos de risco, ações de controle, eliminação e erradicação de agentes de agravos e danos à saúde individual e coletiva das populações.

INCENTIVO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - O incentivo às ações básicas de vigilância sanitária está voltado para a modernização das ações de fiscalização e controle sanitário em produtos, serviços e ambientes sujeitos à vigilância sanitária, bem como as atividades educacionais sobre vigilância sanitária.

ATENÇÃO À SAÚDE PROCEDIMENTOS MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - Assistência Hospitalar e Ambulatorial - Média e Alta Complexidade – Visa promover ações e serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial.

As transferências ao Município estão disponíveis no site:

<https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada>

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
TOTAL SUS	R\$ 555.288,61	R\$ 580.034,07	R\$ 1.001.614,80	R\$ 1.000.000,00	R\$ 784.234,37

TRANSFERÊNCIAS UNIÃO SAÚDE FUNDO A FUNDO



Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
TOTAL SUS	R\$ 831.711,34	R\$ 879.719,38	R\$ 928.719,75	R\$ 980.449,44

INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL

PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 5.850,75 PREVISÃO ANUAL: R\$ 70.209,00

INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP

PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 30.000,00 PREVISÃO ANUAL: R\$ 360.000,00

INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL

PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 1.391,80 PREVISÃO ANUAL: R\$ 16.701,60

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE *

PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 19.560,00 PREVISÃO ANUAL: R\$ 254.280,00

* PREVISÃO SALÁRIO MÍNIMO 2026 R\$ 1.630,00 PREVISÃO 13 PARCELAS (13º SALÁRIO)

PISO ACS EC 120 DE 05/05/2022 6 AGENTES R\$ 3.260,00 R\$ 19.560,00

ATENÇÃO À SAÚDE PROCEDIMENTOS MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

PORTARIA GM/MS Nº 6.532 DE 09 DE JANEIRO DE 2025

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 358,13 PREVISÃO ANUAL: R\$ 4.297,56

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE - PNAN

PORTARIA GM/MS Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024

PREVISÃO ANUAL: R\$ 30.000,00

POLÍTICAS REDE ALYNE

PORTARIA GM/MS Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024

PREVISÃO ANUAL: R\$ 800,00

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE

PORTARIA GM/MS Nº 7.568, DE 14 DE JULHO DE 2025

PREVISÃO ANUAL: R\$ 16.000,00

INCENTIVO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA GM/MS Nº 6.824 DE 03 DE 03 DE ABRIL DE 2025

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 1.000,00 PREVISÃO ANUAL: R\$ 12.000,00

INCENTIVO FINANCEIRO PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS

PORTARIA GM/MS Nº 3.527 DE 07 DE JANEIRO DE 2025

VALOR MÉDIO MENSAL: 923,65 PREVISÃO ANUAL: R\$ 11.083,80

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

PORTARIA GM/MS Nº 3.061 DE 17 DE JANEIRO DE 2024

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 3.260,00 PREVISÃO ANUAL: R\$ 42.380,00

* PREVISÃO SALÁRIO MÍNIMO 2026 R\$ 1.630,00 PREVISÃO 13 PARCELAS (13º SALÁRIO)

PISO ACE - EC 120 DE 05/05/2022 1 AGENTES R\$ 3.260,00

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

PORTARIA GM/MS Nº 7.052 DE 18 JUNHO DE 2025

VALOR MÉDIO MENSAL: R\$ 1.972,20 PREVISÃO ANUAL: R\$ 23.666,40

5.1.4 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os recursos financeiros da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são destinados à execução de serviços, programas, projetos e benefícios e também ao aprimoramento da gestão. A transferência dos recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal tem como objetivos a oferta de apoio técnico e o co-financiamento das despesas relativas aos serviços de Proteção Social Básica e/ou Especial, prestados gratuitamente no âmbito do SUAS.

A transferência de recursos federais se dá por meio de fundos públicos de assistência social, com base nos critérios de partilha aprovados pelos conselhos de assistência social, responsáveis pelo exercício do controle social. No caso dos estados e do Distrito Federal, os critérios também são pactuados nas comissões intergestores.

As transferências ao Município estão disponíveis no seguintes site:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/execute.jsf?b=%2AdpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&event=%2Afjicjs>

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
TOTAL FNAS	R\$ 120.779,71	R\$ 164.091,67	R\$ 150.551,30	R\$ 150.000,00	R\$ 146.355,67

TRANSFERÊNCIAS UNIÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO A FUNDO

Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

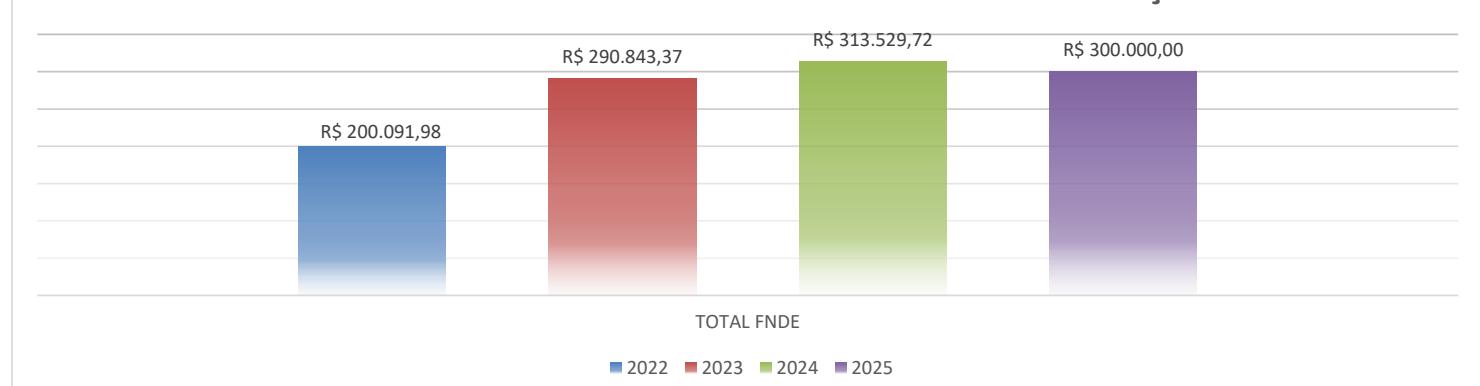
<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026 Projetado	2027 Projetado	2028 Projetado	2029 Projetado
TOTAL FNAS	R\$ 155.215,93	R\$ 164.175,31	R\$ 173.319,87	R\$ 182.973,79
SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV				
VALOR MENSAL:	R\$ 3.257,76	PREVISÃO ANUAL:		R\$ 39.093,12
BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				
VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 269,56	PREVISÃO ANUAL:		R\$ 3.234,72
COMPONENTE - PISO BASICO FIXO - PAIF				
VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 4.475,94	PREVISÃO ANUAL:		R\$ 53.711,28
INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF				
VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 3.360,00	PREVISÃO ANUAL:		R\$ 40.320,00
PROCAD - SUAS - PROGRAMA FORTALECIMENTO EMERGENCIAL ATENDIMENTO CADASTRO ÚNICO				
2 PARCELAS ANUAIS DE :	R\$ 6.000,00	PREVISÃO ANUAL:		R\$ 12.000,00

5.1.5 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
TOTAL FNDE	R\$ 200.091,98	R\$ 290.843,37	R\$ 313.529,72	R\$ 300.000,00	R\$ 276.116,27

TRANSFERÊNCIAS UNIÃO FNDE - FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO



Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
TOTAL FNDE	292.832,14	309.735,00	326.987,24	345.200,43

DADOS CENSO ESCOLAR

MODALIDADE ENSINO	INFANTIL	FUNDAMENTAL	TRANSPORTE	TOTAL
- Creche - Tempo Integral	25			25
- Pré-Escola - Tempo Integral	26			26
- Pré-Escola - Não Integral	45			45
- Fundamental - Tempo Integral		32		32
- Fundamental - Não Integral		166		166
- Escolas Municipais (RURAL)			294	294
- Escolas Estaduais (RURAL)			181	181
TOTAL	96	198	475	769

SALÁRIO EDUCAÇÃO - O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Os recursos do Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, da seguinte forma:

* 10% da arrecadação líquida ficam com o próprio FNDE, que os aplica no financiamento de projetos, programas e ações da educação básica;

* 90% da arrecadação líquida são desdobrados e automaticamente disponibilizados aos respectivos destinatários, sob a forma de quotas, sendo:

Quota federal – correspondente a 1/3 dos recursos gerados em todas as Unidades Federadas, o qual é mantido no FNDE, que o aplica no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os municípios, estados e regiões brasileiras;

Quota estadual e municipal – correspondente a 2/3 dos recursos gerados, por Unidade Federada (Estado), o qual é creditado, mensal e automaticamente, em contas bancárias específicas das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na proporção do número de matrículas, para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica (art. 212, § 6º da CF).

A partir de 2024, com o julgamento pelo STF da ADPF nº 188 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), houve alteração na distribuição dos recursos das quotas destinadas aos estados, DF e municípios. A distribuição, que ocorria proporcionalmente às matrículas da educação básica pública e ao valor da arrecadação da contribuição social do salário-educação realizada no âmbito de cada estado, passou a ocorrer considerando a proporção entre as matrículas de cada rede de ensino e o total das matrículas da educação básica pública, aplicada sobre a arrecadação observada em âmbito nacional.

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	R\$ 111.808,62	R\$ 132.913,65	R\$ 155.939,22	R\$ 172.000,00	R\$ 143.165,37

Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
SALÁRIO EDUCAÇÃO	151.832,50	160.596,57	169.541,80	178.985,28

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/salario-educacao>

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) - Implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 02, DE 10 DE MARÇO DE 2023		
SEGMENTO EDUCAÇÃO	VALOR P/ALUNO/DIA	Nº ALUNOS CFE. CENSO	DIAS LETIVOS	PREVISÃO
Creche Tempo Integral	1,37	25		R\$ 6.850,00
Pré-Escola Tempo Integral	1,37	26		R\$ 13.604,00
Pré-Escola Não Integral	0,72	45		
Ensino Fundamental Tempo Integral	1,37	32		R\$ 25.368,00
Ensino Fundamental Não Integral	0,50	166		
Atendimento Educacional Especializado - AEE	0,68	5		R\$ 680,00
		299	200	R\$ 46.502,00

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR (PNATE) - Instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congêneres, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

SEGMENTO EDUCAÇÃO	VALOR PER CAPITA/ALUNO	Nº ALUNOS CFE. CENSO	PREVISÃO ANUAL
Escolas Municipais (RURAL)	214,22	294	R\$ 62.980,68
		294	R\$ 62.980,68

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate>

PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - Instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, o programa busca o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro. O Programa prevê assistência técnica e financeira para a criação das matrículas em tempo integral - igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais - considerando propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, na ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

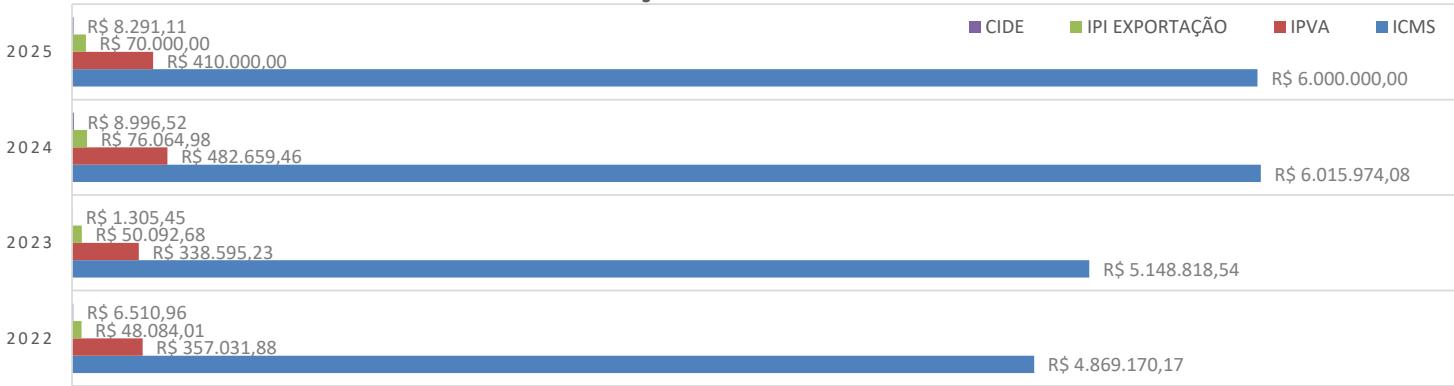
PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

VALOR PACTUADO POR MATRÍCULA = R\$ 2.502,52	PACTUADO - INFANTIL	15	R\$ 34.537,80	R\$ 69.075,60
	PACTUADO - FUNDAMENTAL	15	R\$ 34.537,80	

5.2 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
ICMS	R\$ 4.869.170,17	R\$ 5.148.818,54	R\$ 6.015.974,08	R\$ 6.000.000,00	R\$ 5.508.490,70
IPVA	R\$ 357.031,88	R\$ 338.595,23	R\$ 482.659,46	R\$ 410.000,00	R\$ 397.071,64
IPI EXPORTAÇÃO	R\$ 48.084,01	R\$ 50.092,68	R\$ 76.064,98	R\$ 70.000,00	R\$ 61.060,42
CIDE	R\$ 6.510,96	R\$ 1.305,45	R\$ 8.996,52	R\$ 8.291,11	R\$ 6.276,01
TOTAL	R\$ 5.280.797,02	R\$ 5.538.811,90	R\$ 6.583.695,04	R\$ 6.488.291,11	R\$ 5.972.898,77

PARTICIPAÇÃO RECEITA ESTADO



5.2.1 - ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS é um imposto cujo campo de incidência é definido no inciso II do art. 155 da Constituição Federal de 1988. A Constituição atribuiu competência à União para criar uma Lei Geral sobre o ICMS e a partir desta Lei cada Estado institui o tributo por Lei Ordinária, no caso do RS a Lei 8820/89, que foi regulamentada, pelo governador, através do Decreto 37699/97- o Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ou RICMS.

Trata-se de um imposto seletivo (maior essencialidade do produto, menor tributação) e não cumulativo, compensando-se o valor devido em cada operação ou prestação com o montante cobrado anteriormente.

Apesar do ICMS ser um tributo estadual o total arrecadado do ICMS tem a seguinte destinação:

- 75% constituem receita dos Estados;
- 25% constituem receita dos Municípios.

A Constituição Federal (CF) determina que os Estados repassem aos municípios 25% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) arrecadado. Compete à Secretaria da Fazenda do RS apurar o índice de participação de cada município

O índice de participação é calculado a partir das seguintes variáveis:

Parâmetro	PESO
Valor Adicionado	75,00%
Área	7,00%
População	7,00%
Número de propriedades rurais	5,00%
Produtividade primária	3,50%
Relação inversa ao valor adicionado fiscal "per capita"	2,00%
Pontuação no Projeto Parceria	0,50%

O índice de Participação poderá ser obtido do seguinte site:

https://www.sefaz.rs.gov.br/AIM/IND-HIS_1.aspx

Os dados utilizados para o cálculo do Valor Adicionado são informados pelos contribuintes e produtores primários, através das Guias Informativas Anuais. Os demais parâmetros são fornecidos por Órgãos Oficiais, conforme disposto na Lei nº 11.038, acima mencionada.

A Lei Federal nº 63, de 11/01/1990, conceitua o valor adicionado (VA) e dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas e a Lei Estadual nº 11.038, de 14/11/1997, dispõe sobre os parâmetros que a CF incumbe aos Estados e Distrito Federal.

As transferências aos Municípios (Estimativas de Transferências Mensais e Repasses) estão disponíveis no site:

https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_estimativas_mun

PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA 2026

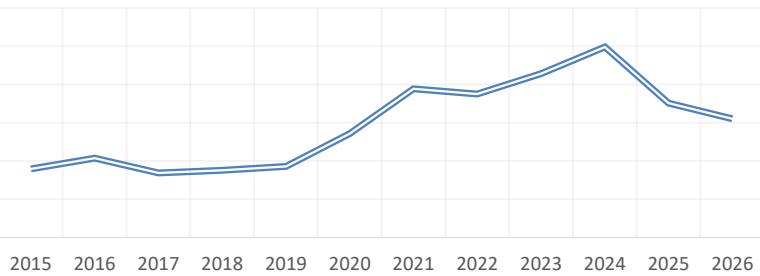
Projeto de Lei nº 350/2025, acesso em 24/10/2025 disponível em

<https://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado>

A Proposta Orçamentária para 2026 apresentada pelo Governo Estado prevê um crescimento nos repasses de ICMS para os municípios de 3,4% em relação ao orçamento de 2025, em valores nominais, sem considerar a inflação.

ICMS TOTAL RIO GRANDE DO SUL (BRUTO)	R\$ 55.038.113.640	
ICMS DOS MUNICÍPIOS (25%)	R\$ 13.759.528.410	

IPM



https://www.sefaz.rs.gov.br/AIM/IND-HIS_1.aspx

IPM - ÍNDICE PART MUNICÍPIO	VARIAÇÃO
2015	0,041594
2016	0,042147
2017	0,041378
2018	0,041524
2019	0,041715
2020	0,043428
2021	0,045779
2022	0,045505
2023	0,046574
2024	0,047963
2025	0,045026
2026	0,044205

VALORES PREVISTOS PLOA RS	VALOR BRUTO (20% FUNDEB)	DISPONÍVEL EM:
COTA ICMS PARTE CHARRUA/RS	R\$ 6.086.665,00	https://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado

5.2.2 - IPI EXPORTAÇÃO

ESTIMATIVA BRUTA /RIO GRANDE DO SUL	25% (CF ART. 159 §3)	IPM	PREVISÃO 2026
R\$ 709.041.200,00	R\$ 177.260.300,00	0,044205	R\$ 78.357,92

5.2.3 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor, e como o próprio nome diz, tem como fato gerador a propriedade do veículo. Portanto, o IPVA é devido pela:

1. Aquisição do veículo: no ano em que o veículo é adquirido zero km o IPVA incide a partir da data da compra que consta na Nota Fiscal;

2. Propriedade do veículo nos anos seguintes, tendo em vista que, na legislação do IPVA do RS não consta data de ocorrência do fato gerador, mas sim que o imposto é devido anualmente.

A competência de legislar e arrecadar é de cada Estado, sendo este o motivo pelo qual o IPVA deve ser pago antes da transferência do veículo para outra unidade da Federação.

A arrecadação é dividida em partes iguais entre o Estado e o município de registro.

Os proprietários de veículos automotores sujeitos a registro e ou licenciamento em órgão federal, estadual ou municipal, neste

O IPVA no RS é regido pela Lei nº 8.115/85 e pelo Decreto nº 32.144/85. Todas as condições de aplicação do imposto estão aí previstas, a base de cálculo, alíquotas aplicáveis, descontos, isenções e etc.

As alíquotas do imposto são:

A arrecadação do IPVA geram, para o Estado, a obrigação constitucional e legal de transferir parte desses tributos aos municípios. As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios são apresentadas pelo repasse de 50% do IPVA.

VALORES PREVISTOS PLOA RS	VALOR BRUTO (20% FUNDEB)	DISPONÍVEL EM:
COTA IPVA PARTE CHARRUA/RS	R\$ 517.901,00	https://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado
VALORES PREVISTOS PLOA RS	VALOR BRUTO (20% FUNDEB)	DISPONÍVEL EM:
COTA CIDE PARTE CHARRUA/RS	R\$ 9.890,00	https://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado

5.2.4 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA SAÚDE

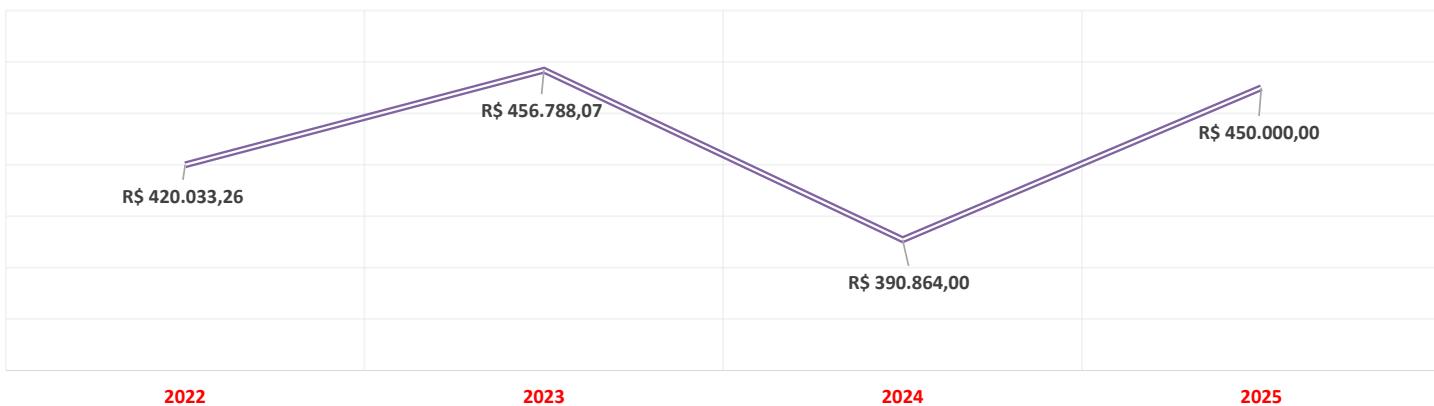
A Portaria SES N° 635/2021 e 843/2021 define os critérios de habilitação e a forma de distribuição dos recursos financeiros do Programa Estadual de Incentivos para a Atenção Primária à Saúde (PIAPS), instituído pelo o Decreto Estadual nº 56.061 de 29 de agosto de 2021.

O PIAPS é composto pelos seguintes componentes:

- I – sociodemográfico;
- II – incentivo para equipes da Atenção Primária à Saúde;
- III – incentivo à Promoção da Equidade em Saúde;
- IV – incentivo ao Primeira Infância Melhor;
- V – estratégico de incentivo à qualificação da Atenção Primária à Saúde: Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS).

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
TRANSF.ESTADO SAÚDE	R\$ 420.033,26	R\$ 456.788,07	R\$ 390.864,00	R\$ 450.000,00	R\$ 429.421,33

TRANSFERÊNCIA ESTADO SAÚDE



Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
TRANSF.ESTADO SAÚDE	R\$ 455.418,18	R\$ 481.705,83	R\$ 508.536,85	R\$ 536.862,35

INCENTIVO FARMÁCIA BÁSICA E INSUMOS P/CONTROLE DIABETES - ESTADUAL

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 913,54	PREVISÃO ANUAL:	R\$ 10.962,48	CIB/RS 008/2025
---------------------	------------	-----------------	---------------	-----------------

PIAPS - INCENTIVO EQUIPES ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 4.080,00	PREVISÃO ANUAL:	R\$ 48.960,00	PORT. SES/RS 188/2024 e 212/2025
---------------------	--------------	-----------------	---------------	----------------------------------

PIAPS - INCENTIVO SOCIODEMOGRÁFICO

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 5.170,76	PREVISÃO ANUAL:	R\$ 62.049,12	PORTARIA SES N° 212/2025
---------------------	--------------	-----------------	---------------	--------------------------

PIAPS - SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 10.000,00	PREVISÃO ANUAL:	R\$ 120.000,00	PORT. SES/RS 188/2024 e 212/2025
---------------------	---------------	-----------------	----------------	----------------------------------

PIM - PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 936,00	PREVISÃO ANUAL(13 parcelas):	R\$ 12.168,00	PORT. SES/RS 857/2021; 188/2024 e 212/2025
---------------------	------------	------------------------------	---------------	--

OFICINAS TERAPÉUTICAS NA ATENÇÃO BÁSICA

VALOR MÉDIO MENSAL:	R\$ 3.000,00	PREVISÃO ANUAL:	R\$ 36.000,00	CIB/RS 404/11 E 025/23
---------------------	--------------	-----------------	---------------	------------------------

PIAPS CUSTEIO MENSAL REDE BEM CUIDAR - RBC

 PORT. SES/RS
 212/2025

VALOR MÉDIO MENSAL:

R\$ 8.000,00

PREVISÃO ANUAL:

R\$ 96.000,00

5.2.5 - PEATE/RS

Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul - PEATE/RS - Possui como objetivo viabilizar o transporte escolar em regime de colaboração com os municípios como ferramenta de acesso e permanência de qualidade para os estudantes residentes da zona rural, matriculados na educação básica estadual.

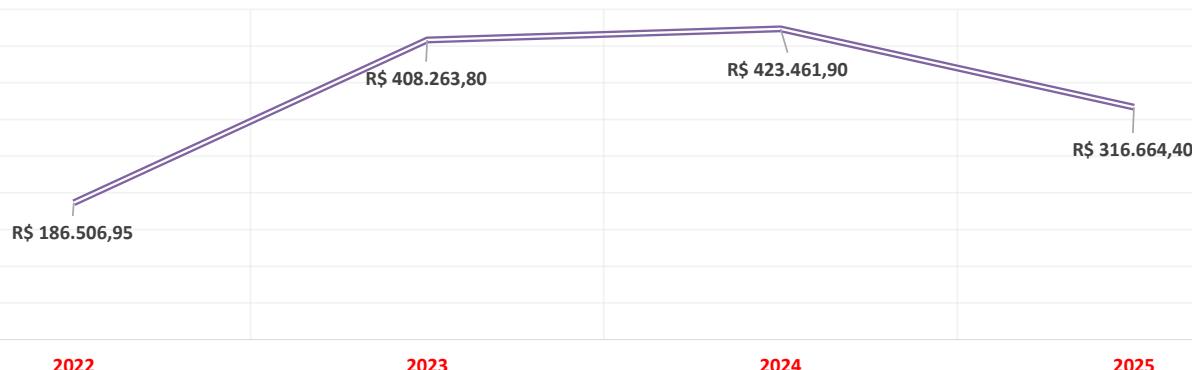
O programa consiste em transferir recursos financeiros diretamente aos municípios que realizem nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural.

Respaldo normativo: LEI Nº 12.882, DE 03 DE JANEIRO DE 2008, DECRETO Nº 54.458, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

As transferências ao Município estão disponíveis nos seguintes sites:

<https://www.sefaz.rs.gov.br/fpe/FOR-PAG-EXT.aspx?>

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
PEATE/RS	R\$ 186.506,95	R\$ 408.263,80	R\$ 423.461,90	R\$ 316.664,40

PEATE RS


VALOR MÉDIO MENSAL (2025): R\$ 31.666,44 VALOR ANUAL (10 parcelas) R\$ 316.664,40

Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
PEATE RS	R\$ 335.835,03	R\$ 355.220,10	R\$ 375.005,86	R\$ 395.893,69

5.2.6 - COFINANCIAMENTO FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	PACTUADO
FEAS	R\$ 15.844,04	R\$ 0,00	R\$ 11.547,91	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	R\$ 32.236,39	R\$ 0,00	R\$ 4.961,03	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00
TOTAL	R\$ 48.080,43	R\$ 0,00	R\$ 16.508,94	R\$ 0,00	R\$ 49.000,00

5.2.7 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
OUTROS CONVÊNIOS	R\$ 66.800,89	R\$ 409.902,97	R\$ 750.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 456.675,97
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	R\$ 36.286,62	R\$ 298.942,02	R\$ 630.030,53	R\$ 0,00	R\$ 241.314,79
TOTAL	R\$ 103.087,51	R\$ 708.844,99	R\$ 1.380.030,53	R\$ 600.000,00	R\$ 697.990,76

5.3 - FUNDEB - FUNDO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO BÁSICA

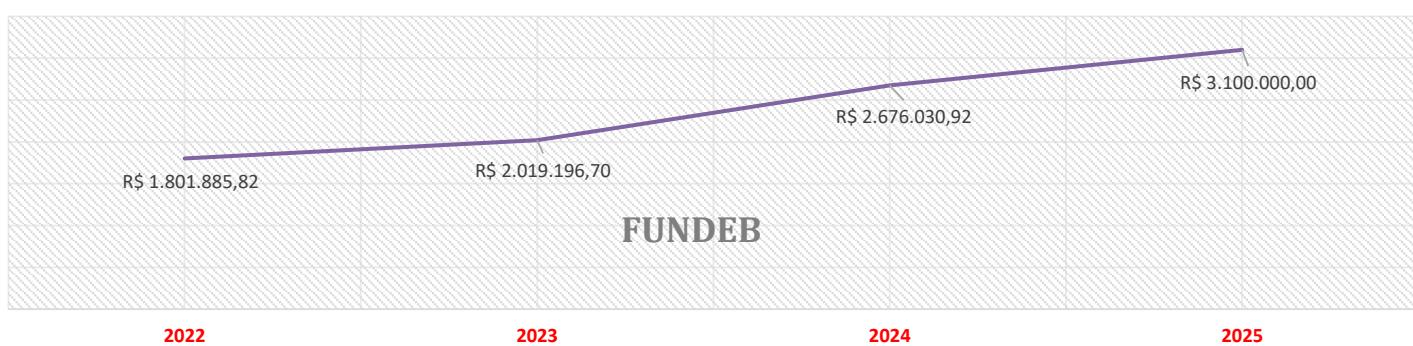
O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Trata-se de um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e de transferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído de acordo com o número de alunos da rede pública, para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

O FUNDEB por 20% das seguintes fontes de receita:

- Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPlexp);
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD);
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
FUNDEB	R\$ 1.801.885,82	R\$ 2.019.196,70	R\$ 2.676.030,92	R\$ 3.100.000,00	R\$ 2.399.278,36



Quota Aluno (preliminar)				
MODALIDADE ENSINO	PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MF Nº 4, 30/04/2025 PREVISÃO PARA 2025	PROJEÇÃO C/BASE EXPECTATIVA CRESCIMENTO FUNDEB (FAMURS) ESTIMATIVA 2026	ESTIMATIVA ALUNOS	R\$ ESTIMADO
Creche Tempo Integral	R\$ 11.624,55	R\$ 12.043,03	25	R\$ 301.075,75
Pré-Escola Tempo Integral	R\$ 11.249,57	R\$ 11.654,55	26	R\$ 303.018,30
Pré-Escola Tempo Parcial	R\$ 8.624,67	R\$ 8.935,16	45	R\$ 402.082,20
Ensino Fundamental Tempo Integral	R\$ 11.249,57	R\$ 11.654,55	32	R\$ 372.945,60
Ensino Fundamental Tempo Parcial	R\$ 8.624,67	R\$ 8.935,16	166	R\$ 1.483.236,56
			294	R\$ 2.862.358,41

5.5 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

ARRECADAÇÃO	2022	2023	2024	2025	MÉDIA RECEBIMENTO
	Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado	
MULTAS E JUROS MORA	R\$ 0,00				
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 20.084,29	R\$ 14.032,31	R\$ 14.438,25	R\$ 20.000,00	R\$ 17.138,71
RECEITAS DIVERSAS	R\$ 5.328,73	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.707,18
OUTRAS RECEITAS	R\$ 25.413,02	R\$ 15.532,31	R\$ 14.438,25	R\$ 20.000,00	R\$ 18.845,90

Execício	2026	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

PROJEÇÃO	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
MULTAS E JUROS MORA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 17.858,54	R\$ 18.537,16	R\$ 19.185,96	R\$ 19.857,47
RECEITAS DIVERSAS	R\$ 1.778,88	R\$ 1.846,48	R\$ 1.911,11	R\$ 1.978,00
OUTRAS RECEITAS	R\$ 19.637,42	R\$ 20.383,64	R\$ 21.097,07	R\$ 21.835,47

5.6 - RECEITAS DE CAPITAL

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565.312,66	R\$ 1.591.603,64	R\$ 539.229,08
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 628.026,00	R\$ 352.700,00	R\$ 64.272,00	R\$ 0,00	R\$ 261.249,50
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	R\$ 448,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.341,53	R\$ 447,54
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 250.000,00	R\$ 1.800.263,27	R\$ 1.178.622,00	R\$ 500.000,00	R\$ 932.221,32
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	R\$ 29.186,80	R\$ 58.128,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.828,79
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 907.661,42	R\$ 2.211.091,64	R\$ 1.808.206,66	R\$ 2.092.945,17	R\$ 1.754.976,22

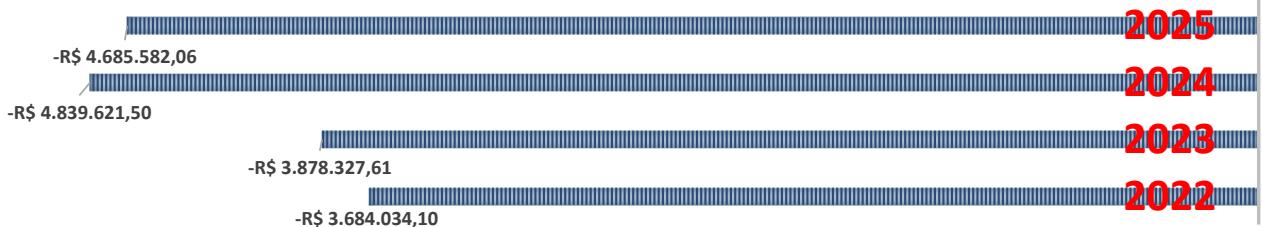
5.7 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 40.500,00	R\$ 47.500,00	R\$ 0,00		R\$ 29.333,33

5.8 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE

ARRECADAÇÃO	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
(-) IPTU	-R\$ 15.167,67	-R\$ 18.476,59	-R\$ 16.520,02	-R\$ 47.131,45	-R\$ 24.323,93
(-) ISSQN	R\$ 0,00	-R\$ 303,20	R\$ 0,00	-R\$ 480,47	-R\$ 195,92
(-) TAXAS	R\$ 0,00	-R\$ 1.278,15	-R\$ 8,50	-R\$ 7.048,25	-R\$ 2.083,73
(-) REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS	-R\$ 3.369,92	R\$ 0,00	-R\$ 33.498,79	-R\$ 3.836,93	-R\$ 10.176,41
(-) SERVIÇOS	-R\$ 28.265,70	-R\$ 26.842,18	-R\$ 27.177,51	-R\$ 52.516,68	-R\$ 33.700,52
(-) ÁGUA	R\$ 0,00	-R\$ 1.458,72	R\$ 0,00	-R\$ 5.568,28	-R\$ 1.756,75
(-) FPM COTA MENSAL	-R\$ 2.569.703,19	-R\$ 2.645.481,71	-R\$ 3.066.894,86	-R\$ 3.250.000,00	-R\$ 2.883.019,94
(-) ITR	-R\$ 3.769,99	-R\$ 3.606,00	-R\$ 4.122,05	-R\$ 4.500,00	-R\$ 3.999,51
(-) OUTRAS TRANSF. UNIÃO	-R\$ 2.137,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 534,35
(-) ICMS	-R\$ 973.834,11	-R\$ 1.029.763,77	-R\$ 1.203.194,87	-R\$ 1.200.000,00	-R\$ 1.101.698,19
(-) IPVA	-R\$ 71.406,52	-R\$ 67.719,28	-R\$ 96.532,14	-R\$ 100.000,00	-R\$ 83.914,49
(-) IPI	-R\$ 9.616,84	-R\$ 10.018,57	-R\$ 15.213,03	-R\$ 14.000,00	-R\$ 12.212,11
(-) ICMS LC N° 194/2022	R\$ 0,00	-R\$ 52.946,62	-R\$ 15.346,11	R\$ 0,00	-R\$ 17.073,18
(-) RECEITAS CAPITAL	-R\$ 6.762,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.690,69
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00	-R\$ 20.432,82	-R\$ 361.113,62	-R\$ 500,00	-R\$ 95.511,61
DEDUÇÕES	-R\$ 3.684.034,10	-R\$ 3.878.327,61	-R\$ 4.839.621,50	-R\$ 4.685.582,06	-R\$ 4.271.891,32

DEDUÇÕES DA RECEITA



Execício	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,20%	3,80%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,78%	1,90%	2,00%	2,00%

Estimativas do Banco Central do Brasil - Acesso 03/11/2025

<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

OUTRAS RECEITAS	2026	2027	2028	2029
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
DEDUÇÕES	-R\$ 4.530.508,47	-R\$ 4.792.018,48	-R\$ 5.058.933,91	-R\$ 5.340.716,53

5.9 - RECEITA TOTAL

RECEITA TOTAL	2022 Arrecadado	2023 Arrecadado	2024 Arrecadado	2025 Reestimado	MÉDIA RECEBIMENTO
RECEITAS CORRENTES	R\$ 25.261.264,08	R\$ 27.397.191,58	R\$ 32.691.062,90	R\$ 34.513.248,53	R\$ 29.965.691,77
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 907.661,42	R\$ 2.211.091,64	R\$ 1.808.206,66	R\$ 2.092.945,17	R\$ 1.754.976,22
RECEITAS INTRA-ORÇAMENT.	R\$ 40.500,00	R\$ 47.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.000,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA	-R\$ 3.684.034,10	-R\$ 3.878.327,61	-R\$ 4.839.621,50	-R\$ 4.685.582,06	-R\$ 4.271.891,32
TOTAL RECEITA	R\$ 22.525.391,40	R\$ 25.777.455,61	R\$ 29.659.648,06	R\$ 31.920.611,64	R\$ 27.470.776,68

RECEITA TOTAL CHARRUA/RS



CHARRUA, DE 04 NOVEMBRO DE 2025

SANDRO SACCON
CONTADOR
CRC/RS 080021/0-9